

OS DESVIOS DA MEMÓRIA: OS RELATOS SOBRE A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO IMBÉ, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (1963)

DEVIATIONS FROM MEMORY: REPORTS ON THE OCCUPATION OF THE IMBÉ LANDS, CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ (1963)

Leonardo Soares Santos¹

Endereço: Rua José do Patrocínio, n. 71, Centro,
Cep. 2810-385
Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil
E-mail: leossga@gmail.com

Resumo: A ocupação do Imbé efetivada em 3 de abril de 1963 acabou inesperadamente se tornando um marco na luta pela terra. Ela foi uma das primeiras ações de ocupação de terras, pois na data referida um grupo de lavradores ocupou a localidade chamada Segundo Norte do Imbé, no município de Campos. Uma das principais fontes para o estudo de tal evento, além dos jornais de época e relatórios policiais, foi o conjunto de memórias do militante comunista José Pureza, que teve participação destacada nesse evento. Seus relatos são certamente uma excelente fonte de informação, porém, como todo relato, ele contém lacunas e imprecisões, o que exige a sua confrontação com outros depoimentos, versões e memórias. O exame de outras memórias sobre os fatos relativos ao Imbé é o tema principal desse artigo.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Rio de Janeiro; Luta pela terra.

Abstract: The occupation of Imbé carried out on April 3, 1963 unexpectedly ended up becoming a milestone in the struggle for land. It was one of the first land occupation actions, as on that date a group of farmers occupied the area called Segundo Norte do Imbé, in the municipality of Campos. One of the main sources for the study of such an occupation, in addition to periodicals and police reports, was the set of memoirs of the communist militant José Pureza, who had an outstanding participation in this event. His reports are certainly an excellent source of information, however, like any report, he contains gaps and inaccuracies, which requires his confrontation with other reports, versions and memories. The examination of other memories about the facts related to Imbé is the main theme of this article.

Keywords: Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, land conflicts.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e atualmente é professor de História da mesma universidade, unidade Campos dos Goytacazes. Colabora com vários jornais e sites do Brasil, sempre desenvolvendo publicações e pesquisas que abordam as temáticas da História Local e História Pública.

Um pequeno balanço bibliográfico

Em sua dissertação de mestrado de 1987, Mario Grynszpan defendeu a tese de que os violentos conflitos de terra no Rio de Janeiro das décadas de 1950 e 1960 deram ensejo a uma intensa disputa pelo controle do movimento por parte de forças políticas de esquerda que tinham significativa atuação no meio rural.

Uma das principais rivalidades nesse campo foi a que envolveu o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o movimento das Ligas Camponesas, que, lembra Grynszpan, divergiam “quanto à condução do processo revolucionário brasileiro e, assim também, do próprio movimento camponês”, visto que o primeiro pregava “a revolução pacífica através de reformas graduais das estruturas econômicas e políticas do país”, posição essa contestada pelo segundo, que defendiam mudanças mais radicais, considerando que o país estava pronto para marchar para uma revolução socialista.”²

Esse confronto ganhou contornos específicos no caso do meio rural de Campos dos Goytacazes. Os eventos referentes à ocupação no Imbé por parte de pequenos lavradores foram um momento ímpar não apenas da história da luta pela terra, na medida em que foi uma iniciativa pioneira no estado fluminense em termos de ação política de tomada de terras para fins de desapropriação; foram também no tocante às disputas dos grupos de esquerda (também chamados de grupos do campo progressista e nacionalista) pela primazia da organização e da execução dos atos levados a efeito na localidade campista.

Os diferentes grupos que atuaram no Imbé, como se sabe, defendiam projetos distintos para a resolução dos graves problemas que o país enfrentava. Os embates em torno dos diferentes posicionamentos sobre as questões políticas – muito mais do que as divergências de cunho ideológico - se expressaram na tentativa de cada uma dessas forças em impor uma versão – via seus órgãos de imprensa – sobre os eventos do Imbé.

Grynszpan observa ali que as divergências se manifestaram na narração das causas que viabilizaram a ocupação daquelas terras. O autor levantou uma série de periódicos da época, os quais tinham vínculos com uma força política em particular (como exemplos: *Novos Rumos* e o *Terra Livre* eram ligados ao PCB, e o jornal *Liga às Ligas Camponesas* etc.) e revela o quanto as reportagens eram redigidas não a partir

² GRYSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. pp. 330-1.

dos critérios de imparcialidade, mas de acordo com a linha política de um determinado grupo.

Além dos periódicos, Grynszpan menciona as declarações de personagens da época que foram protagonistas dos eventos. Uma das citadas é a de José Pureza e outra é de um “dirigente das Ligas”, que não foi identificado. Este, segundo o autor, “reconhece [...] que as Ligas não tinham estrutura suficiente para sustentar o movimento”. Já a Falerj (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), entidade controlada politicamente pelo PCB, tinha mais estrutura e recursos “para sustentar o movimento”, o que lhe dava “grande capacidade de operação e articulação com outros setores”. Assim, Pureza “puxou a ocupação, mas o fez a partir de todo um trabalho anterior da Liga de Campos, que foi quem pesquisou e preparou o movimento, bem como participou também de sua execução, mas já sob a coordenação da Falerj.” Ainda segundo as palavras desse dirigente das Ligas: “quando nós fizemos a invasão, nós preparamos a invasão mas quem coordenou a invasão foi o PC. Na verdade, quando eu dei conta, quando eu vim pro Rio, chegou lá o Pureza e aproveitou a estrutura.”³

Contudo, ao recordar essa situação em seu “Memória Camponesa”, Pureza enfatiza que “todo o trabalho da ocupação, mesmo o anterior, foi realizado pela Falerj”. Grynszpan aponta ainda que o próprio Pureza “teria passado três meses no Imbé, reconhecendo e pesquisando a região, até descobrir que se tratava, em grande parte, de terras devolutas que estavam sendo griladas pelas usinas”. Assim se pronunciando, ele no fundo atribuía a si mesmo, e não a entidade da qual era representante (Falerj) o protagonismo da iniciativa da ocupação. Quanto à participação dos rivais da Liga de Campos nos eventos, afirmou ele: “ela se limitou a aderir à ocupação. Seu presidente, João Guarda, encaminhou os camponeses da Liga ao acampamento do Imbé, uma vez este instalado.”⁴

Vinte anos se passaram até que os eventos do Imbé voltassem a ser analisados de maneira mais detida. Coube a Elisa F. Corrêa e Marcelo E. Macedo voltarem ao tema. Contudo, ao contrário de Grynszpan, eles se limitaram às lentes de José Pureza para formular uma interpretação sobre os eventos de abril de 1963.

³ Ibidem, p. 337.

⁴ Ibidem, pp. 337-338.

Destacam eles que “Pureza relata que a ocupação do Imbé ocorreu a partir do pedido de auxílio à Falerj das famílias que vinham sendo expulsas dos terrenos que ocupavam por usineiros da região”.⁵ Os primeiros passos para a organização da iniciativa ficaram a cargo dele:

A diretoria da Falerj decidiu atuar em Campos e José Pureza, então presidente da entidade, partiu para o Imbé. Pureza passou mais de três meses fazendo o levantamento das famílias que haviam sido expulsas de suas posses. Tratava-se de uma área cuja extensão atingia cerca de 210 mil hectares, constituída por terras férteis devolutas. Partes dessas terras vinha sendo grilada pelos usineiros das usinas de Cupim, Tocos, Santa Cruz e Sapucaia, entre outras. Esta última usina pertencia a João Cleofas, um grande usineiro de Pernambuco.⁶

Corrêa e Macedo destacam também um trecho do depoimento na qual Pureza menciona a participação de João Guarda, líder da Liga Camponesa de Campos:

Recebi vários convites para assistir às reuniões do pessoal das Ligas Camponesas em Campos, e compareci em algumas reuniões. Quando fomos para o Imbé, João Guarda, então presidente das Ligas de Campos, encaminhou os camponeses das Ligas para nosso acampamento.⁷

Tal depoimento, é bem verdade, corrobora em parte a fala do antigo líder das Ligas Camponesas citada por Grynszpan em seu trabalho de 1987: a Liga de Campos padecia da falta de recursos e de estrutura, e por isso viu a Falerj na pessoa de Pureza passar a sua frente na promoção da ocupação. Ao mesmo tempo, não fica claro se Pureza organizou os preparativos da iniciativa de maneira isolada: ao menos ele não afirmaria taxativamente ter preparado tudo sozinho.

Macedo voltaria a publicar no ano seguinte um estudo sobre os eventos do Imbé de 1963. No artigo “Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64”, também assinado por Lygia Sigaud e por Marcelo Rosa, eles foram além e buscaram definir quem foi efetivamente o principal responsável pela organização da ocupação do Imbé. Baseando-se exclusivamente no depoimento de José Pureza, os autores

⁵ CORREA, Elisa F. e MACEDO, Marcelo Hernandez. “Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 15, nº 2, 2007. p. 383.

⁶ *Ibidem*, p. 385.

⁷ *Ibidem*, p. 384.

afirmaram que após preparar a ação durante três meses aquele “reuniu então os posseiros e suas famílias e promoveu a invasão e a montagem do acampamento”.⁸

Mais adiante no mesmo texto, os autores fazem outra afirmação, só que mais incisiva sobre o protagonismo de Pureza: “Tudo leva a crer que a decisão foi tomada por Pureza. Como não há evidências, nem em seu relato, nem em outras fontes, de que o Imbé tenha resultado de uma deliberação da Falerj, é plausível que tenha tido autonomia na condução do processo”.⁹

No fundo, os autores apontam para uma certa incongruência da fala de Pureza, que buscava referenciar suas ações como representante da Falerj, mas na prática estaria agindo por conta própria. Ao mesmo tempo, a falta de evidências - que não foram encontradas em “outras fontes” - é tomada como justificativa para acreditar que Pureza tenha organizado sozinho a ocupação do Imbé.

Argumentação curiosa, pois é possível indagar também, num sentido distinto, do por que, diante da falta de evidências os autores não terem encarado com mais reservas ou terem sido mais críticos em relação à versão do presidente da Falerj? Marcelo E. Macedo voltaria ao tema do Imbé por meio de um texto inserto – na forma de capítulo - numa publicação organizada conjuntamente com os mesmos autores do artigo citado anteriormente – Lygia Sigaud e Marcelo Rosa.¹⁰

O referido texto basicamente acrescentava algumas informações em relação aos artigos precedentes. Algumas questões também seriam debatidas mais profundamente, como a “trajetória social” de “líderes camponeses”. A participação desses agentes em vários eventos relacionados a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro seria detalhadamente examinada. Por esse motivo, Macedo lançaria novas luzes sobre a atuação de José Pureza no Imbé.

O autor pontuaria que a escolha por reduzir o escopo da análise dos conflitos à trajetória dessas lideranças se dava por “acreditar que o fio condutor mais adequado para nossa análise são os relatos dos organizadores destas ocupações”.¹¹ Partindo desse princípio, Macedo seguiria fundamentando boa parte de sua argumentação sobre a

⁸ SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. “Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada”, In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 1, 2008, p. 117.

⁹ *Ibidem*, pp. 117-118.

¹⁰ SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960–2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

¹¹ *Ibidem*, p. 137.

ocupação do Imbé nas afirmações inscritas nas memórias de José Pureza. Não se sabe bem a razão do autor insistir em desconsiderar outras versões sobre o mesmo evento que foram produzidas por jornais que circulavam em 1963, os quais foram bastante explorados por Mario Grynszpan algumas décadas atrás.¹² Mais incompreensível se torna essa opção metodológica (restringir a análise da ocupação às estratégias de José Pureza) quando o próprio autor assim justifica sua perspectiva de análise:

É preciso ressaltar que, embora a apresentação dos personagens a seguir enfatize suas respectivas singularidades no tocante às ocupações de terra, estamos falando de uma rede de relações sociais na qual as trajetórias apresentadas cruzam-se todo o tempo. Embora a participação de um ou outro personagem seja destacada, em determinado evento, quase sempre se contou com a participação de outros aqui apresentados. Nosso objetivo ao destacar um ou outro, em um momento específico, é o de garantir uma certa harmonia à narrativa e evidenciar as singularidades e semelhanças entre as trajetórias sociais analisadas.¹³

A insistência em “evidenciar as singularidades” de José Pureza leva Macedo a buscar relatos de outros personagens que participaram dos eventos de 1963 no Imbé, no caso pessoas que buscavam fixar uma posse naquelas terras. Em razão disso chegaria a realizar algumas entrevistas. Mas as informações mais consistentes são extraídas da gravação de um encontro organizado em 02 de setembro de 1982 pela professora Eliane Cantarino O’Dwyer, então assessora sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio de Janeiro e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Esse encontro reuniu além de José Pureza outros nove participantes da ocupação do Imbé de 1963. Esse encontro ocorreu no assentamento Vecchi, em Cachoeiras de Macacu. A transcrição da gravação da reunião, fornecida por Eliane, serviria como fonte de informações para o estudo de Macedo, em especial o caso do Imbé.

A partir dessa fonte Macedo constata o quanto foram importantes as redes sociais que José Pureza logrou viabilizar a partir de um trabalho prévio que já havia realizado no interior do estado do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada

¹² Cabe sublinhar que Macedo se serviu dos mesmos jornais para destacar as incongruências entre eles no tocante ao número de pessoas envolvidas na ocupação: dependendo do jornal, o número podia ser de “50 homens” ou “600 lavradores”. “O jornal Luta Democrática, do dia 05/04/1963, noticiou que foram 600 lavradores a ocupar inicialmente o Imbé. No dia 09/04/1963, este mesmo afirmou serem 300”. Ver nota 89 (p. 134).

¹³ Ibidem, pp. 140-141.

Fluminense. Também não deixa de notar que Pureza reconhecia que outros líderes políticos, como Jacy Barbetto e Paulo Valente, foram relevantes para a manutenção da ocupação em Imbé:

Jacy Barbetto era um bom cara, não exigia as coisas. Não sei o partido dele. Ele ajudava a gente. Exemplo: Jacy ajudou com comida etc. Valente era gente do Tenório. Qualquer pessoa que contribuísse, a gente deixava, sem se comprometer. Acho que era secretário do Tenório. Veio várias vezes ao Imbé.¹⁴

Com base nos depoimentos pronunciados nesse encontro, Macedo também elaborou uma tabela discriminando as informações obtidas por local de origem, a ocupação profissional exercida quando da ida para a ocupação, os motivos para se dirigir ao Imbé, o momento da chegada e o destino após o Golpe de 1964.¹⁵ Da tabela organizada por Macedo, podemos observar que das nove pessoas, três afirmariam haver chegado ao Imbé antes da desapropriação: José Correia da Silva, Miguel Lima e Juventino. Chama muita atenção a versão que os dois primeiros oferecem quanto a razão de ter participado da ação de ocupação (“Como explica a ida para o Imbé”). José Correia da Silva afirma, por exemplo: “Ouvii falar que havia Liga Camponesa em Tereré pelo jornal Terra Livre. Em uma reunião na casa de João Guarda, decidiram ir para o Imbé”. Miguel Lima declararia que “vendia mercadoria em Campos e comprava o jornal Terra Livre. ‘João Guarda prometeu terra e disse que nós íamos para uma fazenda — Imbé — área de terra de Chiquito.’”¹⁶

O que mais salta aos olhos nessa tabela de Macedo não é o curioso fato de nenhum dos nove participantes do encontro ter citado nominalmente a figura de José Pureza. O dado mais significativo é o nome de João Guarda (da Liga Camponesa de Campos) ser citado duas vezes num momento em que a ocupação estava sendo organizada.

Ou seja, os depoimentos de José Correia da Silva e de Miguel Lima de certa maneira corroboram a versão da antiga liderança das Ligas Camponesas entrevistada por Mario Grynszpan. Embora não tenha sido o promotor principal da ocupação e nem da sua consolidação enquanto assentamento com fins da desapropriação, Guarda teria

¹⁴ Ibidem, p. 172.

¹⁵ Ibidem, pp. 169-170.

¹⁶ Ibidem, p. 169.

exercido importante papel na organização da iniciativa, mobilizando e motivando as pessoas a se dirigirem para o Imbé.

Contudo, Macedo inexplicavelmente acaba por ignorar as informações que ele mesmo extraiu dos depoimentos fornecidos na reunião do Vecchi. Em outra tabela por ele confeccionada (página 189) a fim de resumir as principais informações sobre as mais importantes ocupações de terra no Rio nos primeiros anos da década de 1960, ele segue ignorando o nome de João Guarda e consagra a versão de José Pureza – representando a Falerj - como único “organizador” da ocupação do Imbé.

Ao fim e ao cabo, Macedo seguirá fiel a versão que atribui protagonismo quase exclusiva à Pureza, construída desde 1963 e que foi formalizada no livro de memórias deste de 1982, e que ele pouco problematiza. Assim, ele assevera: “Pureza comandou a primeira ocupação reivindicatória de terra no estado do Rio de Janeiro que efetivamente resultou em desapropriação da área — o caso do Imbé.”¹⁷

Anos depois deste trabalho, seria a vez de Delma Pessanha Neves se debruçar sobre os eventos do Imbé. A autora tomaria algumas precauções metodológicas e retomaria alguns problemas explorados por Mario Grynszpan.¹⁸ Um deles remete às tentativas dos usineiros e proprietários de terra de Campos em promover uma campanha de desqualificação das pessoas que participaram das ações do Imbé; campanha essa que passava pelo apoio de jornais locais (editoriais e reportagens), que

¹⁷ Trata-se de uma afirmação discutível. Mesmo que as desapropriações da Fazenda Capivari (ocupada em novembro de 1961) tenha sido formalizada antes do Imbé, Macedo argumenta que “A desapropriação de Capivari, contudo, nunca veio a ser definitivamente efetivada, seja pela contestação daqueles que se diziam proprietários da área, seja pela morosidade do Estado em efetivar seus atos, os conflitos na região sucedendo-se até o início da década de 1980.” (pp. 153-154).

O problema desse argumento é que os mesmos fatos observados na localidade de Duque de Caxias também se verificaram no Imbé. E de maneira igualmente violenta, com usineiros e fazendeiros recorrendo ao uso de “capangas” armados para pressionar os acampados. Estes, por sua vez, recorreriam aos meios de imprensa para denunciar as péssimas condições de vida da área ocupada e dando conta de pouco auxílio efetivado pelos poderes públicos. Isso seria reconhecido pelo próprio presidente da SUPRA João Pinheiro Neto em declaração ao *Luta Democrática* em 11 julho de 1963. E nos dois casos, o judiciário atuava na questão em favor dos grandes proprietários, recorrendo a vários expedientes para dificultar a desapropriação das terras. Ver a esse respeito, GRYSZPAN, Mario. Op. Cit., pp. 200 e ss.

¹⁸ Delma P. Neves chama a atenção para o cuidado que devemos ter sobre as narrativas e relatos sobre eventos como os do Imbé, pois a produção da memória sobre eles é também parte do campo de disputas entre os grupos políticos envolvidos: “Constituindo-se no decorrer do evento por atos e interpretações e se perenizando como acontecimento exemplar para os diversos agentes aqui considerados, a ocupação do Imbé será interpretada mediante análise de narrativas sobre ela produzidas. Afinal, está-se diante de um típico fenômeno celebrado por disputas quanto à elaboração da alegórica memória coletiva, tanto dos feitos como dos desfeitos, tanto dos significados que na disputa política foram atribuídos, como também da singularidade da repressão que exemplarmente os militares por ela responsáveis desejaram demarcar” – “Ocupação do Imbé: conflitos e rumores”. In: MEDEIROS, Delma P. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (Relatório Final)*. Coordenado por Leonilde Servolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 2015. p. 563.

se portavam como representantes dos interesses ligados à economia açucareira, casos de *Monitor Campista* e de *A Notícia*.

Outro desses problemas diz respeito às disputas entre militantes e entidades pelo controle da representação política do movimento dos trabalhadores da luta pela terra. Seu estudo então apresenta um complexo cenário de tensões e embates que envolviam líderes sindicais como Antonio João de Faria, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Almirante Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos (STIAC), o advogado deste, Yvan Pessanha (que, tal como Almirante, era também ligado ao PCB), militantes comunistas locais como Delson Gomes, Jacy Barbetto, militantes e líderes de outras regiões do estado do Rio como o comunista e presidente da Falerj José Pureza, e Paulo Valente, ligado ao grupo de Tenório Cavalcanti (eminente líder político da Baixada Fluminense), deputados de esquerda como Adão Pereira Nunes (com ligações com PCB, PTB e Ligas Camponesas) e agentes com ligações com o petebista Leonel Brizola, como João Caruso, que era também presidente da SUPRA no início dos eventos em Campos.

Em meio a esse intrincado cenário de concorrência das diferentes forças políticas em torno da representação legítima da ocupação e dos ocupantes do Imbé, Pessanha nota como não eram neutras as versões das reportagens sobre as etapas da ocupação assim como as condições do acampamento. Os textos da reportagem eram instrumentos de afirmação política, a maneira como eram articulados (os fatos destacados, suas ênfases, as avaliações etc.) eram peças fundamentais nesse campo de disputas que girava em torno do caso do Imbé. Determinar quem era o responsável ou os responsáveis pela organização da ocupação das terras da localidade não era uma questão menor naquele contexto de tanta mobilização e concorrência entre as forças políticas. Comentando uma reportagem do *Novos Rumos*, de autoria de Elio Parmigiano (pseudônimo do então jovem jornalista Elio Gaspari), Pessanha nota algumas divergências àquele respeito entre este jornal e a imprensa local:

Vale ainda ressaltar os investimentos de jornalismo etnográfico elaborados pelo repórter e fotógrafo Élio Parmigiani, pelos quais diversos dados acenavam para a construção de uma das versões possíveis das condições de construção do acampamento. Quanto aos agentes militantes que lideravam a ocupação e à data de demarcação do evento, a reportagem apresenta nomes e datas diferenciadas em relação aos jornais locais de oposição, que destacaram entre 1º e 3 de

abril e atribuem a responsabilidade aos que consideram comunistas locais.¹⁹

Diante dessas divergências, Pessanha lança mão de relatos memorialísticos de outros participantes, como Delso Gomes, Antonio João de Faria, Adão Pereira Nunes e Yvan Senra, algo que nem Mario Grynszpan havia conseguido fazer. Isso lhe possibilita traçar um quadro mais amplo dos diferentes pontos de vista a respeito das ações desencadeadas no Imbé naquele ano de 1963.

Tendo por base tais relatos explorados por Delma, o principal objetivo do presente estudo consiste num maior aprofundamento dos aspectos que dizem respeito aos preparativos e à organização da ocupação das terras daquela localidade campista. Com esse intuito, também incluiremos o exame do depoimento de Pedro Porfírio, que militava em Campos pelas Ligas Camponesas em 1962 e que exerceu importante papel no desenrolar daqueles acontecimentos.

O fato diante das memórias

A versão sobre a ocupação do Imbé mais conhecida é a de José Pureza. Praticamente todos os estudos acadêmicos que tratam do tema o citam²⁰. Os relatos do militante comunista e dirigente da Falerj, da Ultab e da Contag, foram publicados em 1982, como já mencionado. Ali, Pureza narrou sua participação em diversos eventos de ocupação de terra, criação e gestão de entidades, realização de campanhas, organização de eventos e manifestações em várias localidades do estado do Rio de Janeiro. Portanto, não se trata de um livro dedicado a relatar apenas os eventos ocorridos em 1963. Mas seriam alguns aspectos próprios do Imbé que marcariam de maneira especial a própria trajetória de militante de Pureza. Como vimos acima, Marcelo Hernandez e outros pesquisadores trataram Pureza como o “principal” organizador ou responsável pela ocupação. Isso ficaria evidenciado nas memórias publicadas em 1982, embora o próprio Pureza apontasse também para a contribuição de outros agentes para

¹⁹ Ibidem, p. 594.

²⁰ Além dos trabalhos citados de Marcelo Hernandez, cito também TELÓ, Fabrício e BRITO, Ricardo Braga. “Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro (Brasil) a partir da trajetória de Roseli Borges”, In: 4 Desarrollo rural exploraciones. Disponível em: <https://ipdrs.org/>. Acesso em: 20/04/2020.

a manutenção e funcionamento do acampamento assim como para a obtenção da desapropriação das terras do Imbé.

A primeira preocupação de Pureza em seu relato dos acontecimentos é esclarecer sobre o contexto social que praticamente empurrou os ocupantes por ele liderados a partirem para a tomada das terras no Imbé. Quanto a isso, Pureza afirmou serem os trabalhadores da lavoura canavieira demitidos pelas usinas a base social da iniciativa. A indústria açucareira encontrava-se em grave crise. Na descrição desse aspecto, Pureza mencionou a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) nessa conjuntura. Segundo Pureza, este tinha como objetivo principal ampliar o escopo da legislação trabalhista, então restrita aos trabalhadores urbanos, em benefício dos trabalhadores do campo. Pureza entendeu que a luta deveria ser mais abrangente. Daí que em seu relato, ele destacasse que a Falerj pregava a necessidade de uma pauta de lutas que passasse pela desapropriação e distribuição de terras aos trabalhadores empregados. Esse aspecto de Campos teria sido essencial para a Falerj confirmar a decisão de enviar Pureza à região.²¹

Pureza lembra também que a demanda encaminhada à Falerj havia partido de algumas famílias ocupantes de terrenos em Campos, que vinham sendo expulsas de suas terras por usineiros da região. Pureza não identifica essas terras. Não fica claro se se já tratavam das terras do Imbé. Logo após ser enviado pela diretoria da Falerj a Campos, ele ficaria “por três meses” trabalhando no reconhecimento da região do Imbé. O que lhe permitiu descobrir a existência de 210 mil hectares de terras devolutas alvo de grilagem por parte de donos de usinas. Constatadas tais irregularidades, ele passou a mobilizar famílias para ocupar a área e reivindicar a sua desapropriação aos poderes públicos.²²

A ocupação foi amplamente divulgada pela imprensa, tanto por jornais como por rádios. Pureza lembra que o acampamento chegaria a ter 500 pessoas. Ele enfatizaria que o grupo desses acampados não era constituído apenas por desempregados e ex-funcionários das usinas. Pureza admite que havia uma parcela integrada por “camponeses” ligados às Ligas Camponesas de Campos, que eram lideradas por João Guarda.

²¹ PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 75.

²² *Ibidem*, p. 82.

Fica visível que nesses momentos iniciais de sua narração, José Pureza procura explicar como chegou a Campos (atuando como representante da Falerj após ser sua presença solicitada por pessoas da região) e o que tornou possível ele organizar e liderar a ocupação das terras do Imbé (a existência de um quadro de grave crise social afetando os trabalhadores dali). Mas não deixaria de destacar que ele, como representante da Falerj, acabou de certa forma articulando seu trabalho em função das limitações de entidades que já existiam na região, como o STR e as Ligas Camponesas. É possível observar que diante da primeira, o dirigente insinua uma divergência, por entender que a pauta da luta pela terra seria mais urgente que a expansão da CLT²³ ao meio rural. Quanto ao segundo, o convite feito pelo próprio João Guarda expressa uma atitude de cooperação, ao mesmo tempo que indica que ao “encaminhar os camponeses” a Pureza, João Guarda admitia que as Ligas Camponesas não tinham estrutura e logística necessárias para efetivar a ocupação.

Essas menções de Pureza a outros líderes e outras entidades parecem indicar que sua ida a Campos não visava apenas a ocupação de uma determinada área com o objetivo de vê-la desapropriada. Havia também um objetivo em termos de representação de grupos sociais. Pureza sabia que consolidar um acampamento era apenas parte do seu trabalho. Ao ver que ali já atuava duas entidades, que por sinal nem eram filiadas a Falerj, ele tinha consciência da necessidade de criar uma organização que disputasse a simpatia ou adesão das pessoas que buscavam garantir um acesso à terra na região.

A presença de Pureza foi tão marcante que até mesmo algumas pessoas que atuaram diretamente nos eventos, lançariam mão de suas memórias para formular as recordações sobre o Imbé. É o caso de Yvan Senra Pessanha. Ele era um jovem advogado quando da ocupação do Imbé em abril de 1963. Ele atuaria inclusive na defesa de alguns dos posseiros ali situados. O trabalho de Yvan ganharia bastante repercussão junto aos jornais de época, como o *Novos Rumos*, *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Ao lembrar os fatos do Imbé, Yvan - que lá esteve - afirmou que a “invasão ocorrida nas terras do Imbé” foi realizada “sob o comando de

²³ Consolidação das Leis Trabalhistas, conjunto de normas instaurado pelo Governo Getúlio Vargas entre os anos 1930 e 1940 e que foram unificadas num mesmo texto meio do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943.

José Pureza”, afirmação baseada não nas lembranças de Yvan, mas de acordo com o que afirma Pureza em seu “Memória Camponesa”.²⁴

Entretanto, essa é a versão sobre os fatos elaborada por Pureza. Outras memórias transmitiriam outras versões. Ou seja, outras leituras sobre os eventos foram construídas e, portanto, precisam ser examinadas.²⁵

No tocante a escolha do Imbé como área a ser ocupada - que nas recordações de Pureza figura como resultado de suas pesquisas de reconhecimento - Badger Silveira faria um importante contraponto por meio de uma entrevista de 1982 a pesquisadores do CPDOC. Afirmou então que já havia o reconhecimento de conflitos no Imbé desde antes da ocupação. E um reconhecimento oficial, da parte do Estado, e tornado público por meio de um projeto de colonização de terras devolutas. Badger, que em 1963 era o então governador do estado, diria sobre o caso do Imbé:

Entrevistador: O senhor podia falar um pouco sobre esse caso?

Badger da Silveira: Eu não me lembro bem não. Eu lembro da invasão dessa fazenda, *parece que nessa Fazenda do Imbé realmente havia posseiros há muitos anos, era uma fazenda que estaria dentro das cogitações do plano agrário do governo para desapropriar*. Houve realmente, se não me falha a memória, algum interesse de usineiro, latifundiário, em ficar com essas terras e o governo procurou proteger esses camponeses. Evidentemente alguma luta que houve, e parece que houve luta armada lá, chegaram à troca de tiros [...].²⁶

Delma Pessanha, corroborando a versão de Badger, lembra de maneira mais precisa que desde 1959 o governo do Rio de Janeiro, sob o comando de Roberto Silveira, havia reconhecido a existência na região do Imbé de terra devoluta. Isso era atestado pela formulação do *Plano Piloto de Ação Agrária* e pelas medidas sinalizadas com vistas a efetivar a colonização de tais áreas.²⁷ Na verdade, Pessanha lembra que a escolha de tal região como alvo da intervenção da política agrária do estado não era

²⁴ PESSANHA, Yvan Senra. *Campista*. Nem fiado, nem à vista. A saga dessa gente que não se vende. Niterói: Imprensa Oficial, 1999, p. 213. Curiosamente, mesmo dedicando um capítulo especial ao seu amigo João Guarda, Yvan não faz qualquer menção à participação dele nos eventos do Imbé. A alusão é quando muito implícita, como nesse trecho em que destaca que sua atuação de João teve “seu auge nos idos de 1963, com os trabalhos da Liga camponesa de Itereré. Foi aí que eu o conheci” (p. 254). E neste: “Não era na aceção mais aceitável da palavra um camponês. Mas o seu ‘fraco’ era a reforma agrária (p. 253).”

²⁵ A noção de *Memória* aqui adotada se inspira naquela que é desenvolvida por PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²⁶ SILVEIRA, Badger Teixeira da. *Entrevista...*, p. 78. Grifo meu.

²⁷ NEVES, Delma Pessanha. *Op. cit.*, p. 562.

aleatória. A própria imprensa campista chamava atenção para conflitos em torno da apropriação daquelas terras por parte de posseiros, o que já evidencia que bem antes de Pureza, vários agentes locais enxergavam aquelas áreas como devolutas. Ela comenta assim uma reportagem do jornal *Monitor Campista*, de 08 de agosto de 1958:

Pela reportagem intitulada “Estão em pé de guerra os posseiros do Imbé”, tornou-se pública a reação de resistência às ameaças de “capangas que teriam desalojado diversas famílias e intervenção por execução judicial por mandado recorrido à força policial para garantir o domínio da propriedade que pertencia ao Estado”. E conclui o autor da reportagem: “Fatos muito graves poderão ainda ocorrer na localidade se providências acauteladoras não forem adotadas em tempo”.²⁸

Um projeto de autoria de Antonio João de Faria é outra evidência de que a região do Imbé era não apenas um palco de conflitos e tentativas de ocupação de terra, como uma notória área de terras devolutas. Ao apresenta-lo em 1959, o presidente do STR visava implementar a colonização das terras do Imbé. Destaca Delma Pessanha Neves:

Antônio João de Faria, profundo conhecedor das condições de exploração da atividade agrícola, engajou-se na discussão em torno da alternativa de desapropriação e colonização de áreas em litígio ou reconhecidamente propriedade do Estado. Elaborou e encaminhou o projeto institucional de colonização voltado para atendimento dos assalariados da cana, vinculados às usinas e aos fornecedores de cana. [...] o dirigente sindical propunha encaminhamentos que, no contexto, julgava factíveis ou plausíveis. Desejava então o dirigente sindical, amparado na execução do anunciado Plano Agrário, contribuir para viabilidade do enfrentamento dos conflitos no Imbé e assentar trabalhadores da região produtora de cana. A proposta do dirigente sindical data de 1959, mas teve continuidade de investimento no bojo da avaliação dos riscos que representava a ocupação do Imbé, exprimindo, em consonância com a reação dos demais proprietários de terra, a antecedência de algumas propostas conciliatórias.²⁹

Um aspecto bem revelador dessa preocupação com os conflitos no Imbé era a própria determinação do governo estadual em estabelecer essa região como um dos

²⁸ Idem.

²⁹ NEVES, Delma P. *Op. cit.*, p. 580.

alvos prioritários do “Plano Piloto da Ação Agrária” no tocante à “demarcação das terras devolutas”.³⁰

Significativa é também a matéria do *Novos Rumos* de 1959. Ela dava conta da realização de várias assembléias pelo interior fluminense, cuja finalidade era a eleição de delegados que participariam da I Conferência Estadual dos Lavradores Agrícolas Fluminenses, que ocorreria entre os dias 28 e 30 de agosto daquele ano. Uma dessas assembléias teria ocorrido na “Fazenda Grande no Segundo Norte do Imbé” e seus delegados representariam o “Norte do estado”.³¹ Esse detalhe parece demonstrar que a localidade do Imbé não tinha apenas terra devoluta. De certa maneira, ela já chamava a atenção dos comunistas. Tratava-se de um localidade com razoável população para um enclave rural. Algumas matérias jornalísticas chegam a estimar em 500 a sua população.³² Não há informações que comprovem a realização daquela assembleia, mas o interesse do jornal comunista é representativo de um interesse pelo que ocorria na região em termos de mobilização de pequenos lavradores, o qual certamente tinha algum vínculo com os crescentes conflitos envolvendo a posse da terra na região.

Delso Gomes também daria uma versão bem distinta da de José Pureza sobre o início da ocupação no Imbé. Não apenas sobre os preparativos como dos agentes envolvidos. Gomes, por exemplo, afirma que a preparação da iniciativa já era realizada antes da chegada de Pureza a Campos. A iniciativa era realmente coordenada por comunistas, mas ligados ao PCB de Campos, sem vínculos com a Falcrj, por exemplo. Em seu livro de memórias o grosso das recordações sobre o caso do Imbé figura em duas partes. Na primeira, recorda Gomes:

Neste ano de 1963 a direção do PCB, junto com o deputado Adão Pereira Nunes, Almirante Costa, Jacy Barbetto e Olavo Marins, então motorista do sindicato (STIAC), traça plano de ocupação das terras da região do Imbé. Terras devolutas, pertencentes ao Estado; zona fértil e de florestas virgens, que estavam sendo griladas por fazendeiros e usineiros da região. Ficou acertada uma visita ao prefeito recém empossado, Barcelos Martins para pedir sua colaboração para a ocupação das terras pelos trabalhadores sem terra que viviam precariamente nas favelas.³³

³⁰ *Correio da Manhã*, 05/05/1959, p. 4.

³¹ *Novos Rumos*, 21 – 27/08/1959, p. 5.

³² Uma matéria veiculada no diário *A Noite* de 21/08/1950 (p. 2) afirmava viver ali “500 almas”.

³³ GOMES, Delso. *Op. cit.*, p. 202.

Delso ainda afirmaria que a própria municipalidade de Campos, na pessoa do prefeito Barcelos Martins arregimentaria pessoas a engrossarem as fileiras do acampamento.

Barcelos prontamente concordou em colaborar, cedendo caminhões para levar os sem terra para o Imbé. As viaturas percorrem os bairros e favelas durante semanas, apanhando os que desejam ir para o Imbé e levando-os para tentarem uma nova vida. Em pouco tempo, com ajuda da Superintendência Regional da SUPRA e setores de esquerda é montado um núcleo local de reforma agrária. O sindicato dos trabalhadores das usinas presta apoio logístico, assim como grupos nacionalistas de Niterói e da Guanabara, articulados pelo Partido Comunista Brasileiro.³⁴

Chama a atenção o fato de Gomes não fazer qualquer menção ao nome de José Pureza no relato sobre os eventos do Imbé. Além disso, Gomes dá maior ênfase à atuação de quadros locais do PCB e de organismos como a Prefeitura e a SUPRA.

Não fica claro nesta parte da narração de Gomes quando se inicia a ocupação do Imbé. Somos levados a deduzir que ela teria se dado bem antes de abril. Mais à frente ele volta a falar dos eventos num sub-capítulo intitulado “Aguça a luta pela terra no Imbé”. E aqui passamos a ter certeza de que os preparativos da ocupação mencionados acima se deram bem antes do início de abril.

Nessa altura do relato, Gomes apresenta uma versão que diverge da de Pureza mesmo em relação à cronologia dos eventos. Em seu relato, não teria sido apenas uma vez que o delegado Ivo Barroso se dirigiu ao Imbé para reprimir a ocupação ali estabelecida pelos posseiros. A primeira tentativa de repressão por parte do delegado Ivo Barroso teria se dado também antes do dia 3 de abril. Segundo Gomes, nessa primeira incursão, Barroso não se dirigiria à casa de João Guarda e sim a de outra pessoa:

No Imbé a luta está aguçando. O delegado Ivo Barroso faz incursão à região com caravana de policiais, por pressão de setores das classes dominantes, a fim de desmontar os acampamentos dos sem terra, na fazenda de Chiquito Mendes. O delegado determina que os sem terra desmontem o acampamento e retornem às suas origens, isto é, às favelas da cidade. A classe dominante do município utiliza o delegado como instrumento para desativar o trabalho de implantação em seu início de reforma agrária pelo PCB e aliados.³⁵

³⁴ Idem.

³⁵ GOMES, Delso. *Op. cit.*, p. 205.

Gomes frisa que “poucos dias” depois desse fato acima, os quadros do PCB local organizariam uma espécie de retomada da ocupação. E é nesse momento que Gomes menciona a entrada em cena de João Guarda. Assim, no trecho reproduzido abaixo, Delso nos esclarece quem eram os “aliados” do PCB aos quais ele se referia:

O Partido contra ataca. Raulino Mesquita reúne-se com o deputado Adão Pereira Nunes, o vereador Jacy Barbetto, Olavo Marins, Almirante Costa e dois secretários, João Urbano e Laerte; e o novo aliado, João Batista Coelho, o *João Guarda*, morador em Itereré, próximo ao Imbé e funcionário – guarda – da Companhia de Força e Luz. Juntos, traçam planos para a retomada da mobilização dos sem terra. Em poucos dias cerca de 200 famílias estão novamente no Imbé. Grande parte é de trabalhadores rurais desempregados e favelados, ex-bóias-frias, enxotados do campo.³⁶

Só depois desses eventos é que ocorreria a investida do delegado Barroso, em resposta a fatos ocorridos em três de abril. Que para Gomes não era o despontar da ocupação do Imbé, e sim mais um capítulo de um processo que vinha sendo construído há mais tempo por diversos agentes e forças políticas.³⁷

A omissão do nome de José Pureza no relato de Delso Gomes soa mais curiosa se levarmos em conta que o dirigente da Falerj é mencionado até mesmo por um rival declarado, o então presidente do STR Antonio Joao Faria. Mas embora Faria argumente que Pureza realmente era o principal líder da ocupação do Imbé, ele também reconhece a importância da participação de João Guarda na iniciativa. Na verdade, o relato de Faria acaba criando uma aparente confusão entre os dois personagens:

Em Campos os comunistas criam uma liga camponesa, sob o comando do Funcionário dos correios, João Guarda. O líder camponês José Pureza da Silva, natural de Magé, funda a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e consegue a mobilização de muitos sem-terra contra a grilagem de terras por fazendeiros e usineiros e cunha no Imbé, uma base de resistência com a palavra de ordem: “reforma agrária urgente”.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 206.

E decide lutar até com armas, enfrentando a situação à bala “se preciso”.³⁸

Fica nítido que Faria enxergava Pureza e João Guarda como porta-vozes do radicalismo: no fundo, ele não percebia muita diferença entre PCB e Ligas Camponesas.³⁹ Essa radicalidade era avaliada pelo então presidente do STR como mais uma razão para contestar a legitimidade da Liga Camponesa local (que na imprecisão de Faria implicava na própria condenação do trabalho de Pureza) no tocante à representação dos “camponeses” instalados naquele acampamento do Vale do Imbé. Assim, Faria acaba por reconhecer a existência de uma outra disputa implicada na própria ação de ocupação e sua representação enquanto problema político: a disputa pelo controle da representação dos pequenos lavradores que protagonizavam aquela iniciativa.

Sabendo o risco que corria os trabalhadores, Antonio João de Faria se coloca contra a Liga e luta pelo cumprimento da legislação trabalhista, sem radicalizar. Vai ao acampamento dos trabalhadores, em nome do sindicato, para ele, legítimo representante dos rurais e não a associação (Liga) que não gozava do reconhecimento legal. Mas na realidade, Faria sentia muito pela situação de penúria dos sem-terra “do José Pureza”. Porém, havia quem dissesse que Faria temia a divisão da categoria e, conseqüentemente, da liderança.⁴⁰

A menção de disputas com o STR por parte de José Pureza e Delso Gomes em seus relatos sugerem que Faria era um adversário declarado tanto para os quadros do PCB local quanto para o estadual. É significativo que Faria destaque que sua ida ao acampamento tenha resultado num desentendimento com José Pureza: “certa vez houve um entrevero entre Pureza e Faria porque o líder dos rurais foi ao Imbé levando mantimentos e remédios, acompanhado do médico, democrata-cristão e humanista

³⁸ FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez*. Campos dos Goytacazes: Imprinta, 1995. p. 67.

³⁹ Parece que essa opinião de Antonio Faria não era infundada. Em sua pesquisa, Mario Grynspan observa, com base no depoimento de antigas lideranças camponesas que atuaram no meio rural fluminense, que havia vários propósitos em comum entre o PCB e as Ligas Camponesas, o que se verificava em ações conjuntas das duas forças em várias localidades do estado. Os depoimentos de Pedro Porfírio (vistos mais adiante) corroboram a existência dessa parceria entre PCB local e Ligas. Segundo ele, as Ligas em Campos foram uma iniciativa pensada por Julião, cuja implantação ficaria a cargo de Porfírio, contando a inestimável contribuição de Adão Pereira Nunes, que possuía uma valiosa rede de “contatos”. Mas a execução do empreendimento contou com o trabalho prático e entusiasmado de jovens ligados ao PCB local, como o então estudante Fabio Ferraz.

⁴⁰ FERREIRA, Avelino. *Op. cit.*, p. 67.

Sadi Coube Bogado, que atendeu a muitos posseiros”. O que sugere que Pureza temia que na medida em que recebessem algum tipo de serviço por iniciativa de Faria, os acampados começassem a se incorporar ao STR. Isso não deixaria de ser percebido por Faria. Ao mesmo tempo que citava João Guarda, ele fazia questão de mencionar a ajuda que Pureza recebia de outras entidades da região, enfatizando o papel de Jacy Barbetto nesse tipo de articulação. Mas nesse caso, tratava-se de ajuda oferecida por quadros locais do PCB e por militantes que dirigiam sindicatos urbanos.

A situação dos camponeses não era boa, o Governo Federal não conseguia apoio para as reformas de base, principalmente a agrária e a espera era angustiante. A colheita aguardada pelos sem-terra do Imbé, demoraria um pouco e, para aguentar a barra, José Pureza conseguia ajuda e mantimentos junto ao Sindicato dos Ferroviários que estava sob o comando de um dos maiores e mais respeitados líderes sindicais da época, Jacyr Barbetto.⁴¹

Mesmo breve, a descrição de menos de uma página de Faria é toda ela estruturada com o intuito de representar o acampamento do Imbé como um verdadeiro palco de disputas entre diversas forças políticas, atraindo grupo “externos”. Havia, por exemplo, “os Grupos dos 11, com apoio do deputado Leonel Brizola, inspirador do movimento que, em pouco tempo, ganhou adesões em todo País. Brizola se baseava nos projetos do Governo e exortava os trabalhadores a ocuparem as terras do Estado e à margem da linha férrea”.⁴² Não temos notícia até hoje de que tais grupos tenham atuado na região – a não ser a declaração de Faria. Mesmo assim, não há dúvidas de que o grupo político ligado a Brizola exercesse influência, conforme veremos mais adiante com os exemplos de João Caruso (SUPRA) e João Guarda.

Ao mesmo tempo, Faria dá a entender que a radicalidade do projeto de reforma agrária que estava sendo gestado ali no Imbé também atraía uma repressão mais virulenta da própria polícia e dos grandes proprietários da região. O primeiro a ser atingido por ela seria exatamente João Guarda: “O presidente da Liga Camponesa em Campos sofria muitas pressões e terminou por não se unir aos camponeses do Imbé.”⁴³

Esse acontecimento seria crucial para a saída definitiva de João do acampamento. Dali por diante, essa ausência facilitaria o empenho de alguns jornais –

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem, pp. 67-68.

⁴³ Ibidem, p. 67.

em especial os jornais ligados ao PCB como *Novos Rumos* e *Terra Livre* - em afirmar a liderança de Pureza como a única a vigiar no acampamento, sem a sombra de qualquer concorrente.

Outro personagem atuante nos eventos do Imbé foi o então deputado federal Adão Pereira Nunes. Por sinal, ele é o único a ser citado em todos os relatos aqui examinados. E ele também dedicaria algumas páginas ao caso em suas memórias.

Adão tinha a peculiaridade de ter boas relações com todos os grupos que concorriam pela direção da ocupação do Imbé. Nas suas próprias recordações publicadas em 1979 sob o título *Do Planalto à Cordilheira: memórias de um médico cassado*, ele salienta as articulações políticas com figuras como Leonel Brizola, Francisco Julião, João Goulart, Barcelos Martins e comunistas locais. Até mesmo Antonio João de Faria receberia uma menção elogiosa.

Curiosamente, alguns personagens destacados por Pereira Nunes em seu relato sobre o Imbé são figuras praticamente ausentes em outros relatos.

O primeiro é Leonel Brizola, figura com a qual Pereira Nunes cultivava grande amizade, além de ser aliado político. Ele seria o responsável pela visita do líder gaúcho a Campos no início de 1964.⁴⁴

Brizola é inserido no relato de Pereira Nunes não como um personagem de participação ativa nos eventos. Nem como líder de grupos que atuassem no Imbé, como insinua Antonio de Faria em suas memórias. Brizola surge sim como uma referência para o que teria ali ocorrido, pelo que ele patrocinou quando era governador do Rio Grande do Sul em termos de desapropriação de terras. Nunes escreve sobre essa experiência em terras gaúchas, que ele testemunhou *in loco*, sinalizando em diversos momentos a possibilidade disso poder ser replicado no meio rural de Campos. Lembra Pereira Nunes que no Banhado do Colégio, Leonel Brizola “não permitiu que os latifundiários desbulhassem a terra conquistada às águas”. Pelo contrário, “dividiu-as em lotes e as entregou aos sem-terras gaúchos, não se intimidando com a gritaria dos poderosos”.⁴⁵

Já no caso da baixada campista, no Rio de Janeiro, o autor lembra que “ocorrera o mesmo milagre, onde os brejos foram drenados para o Paraíba e para o mar. A planície, já imensa, alargou-se muito mais, outrora paraíso de marrecos, peixes

⁴⁴ NUNES, Adão Pereira. *Do Planalto à Cordilheira* (Memórias de um médico cassado). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 51-52.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 32.

e jacarés”. Mas diferente do caso gaúcho, “os fazendeiros da região encompridaram suas cercas, partilhando entre eles a terra há bem pouco submersa”.⁴⁶

Contudo, a aplicação de medidas como a que tomou Brizola no contexto gaúcho eram mais complicadas de se efetivar no caso de Campos. Adão lembra que a área agricultável gerada pelo recuo da Lagoa Feia em Campos já se encontrava em avançado processo de apropriação por parte de grandes fazendeiros e usineiros. Porém, uma outra opção surgia no horizonte: “não era mais possível dividir o massapê prodigioso das lagoas campistas; estavam todas farpeadas de arame grosso. Mas existiam encostas de terra virgem, sem dono, devolutas, lá para as bandas do Imbé, onde os municípios de Campos, São Fidélis e Madalena se abraçam nas alturas da Serra dos Três Picos”.⁴⁷

Identificada as terras a serem ocupadas, tratava-se então de mobilizar as pessoas para a sua ocupação. Que, sublinha Pereira Nunes, já estavam sendo ocupadas: “um dia, centenas de homens favelados, trabalhadores expulsos pela mecanização da lavoura, marcharam para o Imbé. Se os latifundiários podiam avançar naquelas glebas do governo, até mesmo companhias estrangeiras, ou ricos de outros estados, por que eles, os pobres, não seguiriam o exemplo?”⁴⁸

O principal obstáculo, entretanto, era mesmo de ordem política. A começar pelo próprio governador do estado, sem contar os agentes locais ligados à grande propriedade. A possibilidade da desapropriação das terra não seria uma tarefa simples:

Badger da Silveira governava o Estado, era petebista, mas não admitia o atrevimento dos pés-descalços. Enviou tropa para desalojá-los, tomou-lhes as espingardas de caça, destruiu-lhes os casebres improvisados. João Cleófas tinha usina perto e terra no Imbé. Não gostou da ousadia dos miseráveis. Nem ele, nem o bispo, nem a Câmara dos Vereadores, nem a associação dos usineiros, nem os agiotas, nem a imprensa local, nenhum graúdo. Os favelados, sim”.⁴⁹

No trecho seguinte, Nunes insere um segundo personagem, João Caruso, o então diretor da SUPRA. Aliás, Caruso era correligionário de Leonel Brizola e era secretário de agricultura de seu governo, ou seja, era ele um dos principais autores da

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ibidem, p. 33.

⁴⁹ Idem.

política de desapropriações do governo gaúcho nos primeiros anos da década de 1960.⁵⁰ Ele foi, desde outubro de 1962 na SUPRA, na versão de Pereira Nunes, o principal responsável por sustar, num primeiro momento, a forte repressão desencadeada por Badger Silveira contra a ocupação do Imbé.

Um homem sério e destemido, gaúcho de nascimento, João Caruso, chegou de avião e, em nome de João Goulart, o presidente, ordenou que aqueles homens subnutridos e encurralados pelos gendarmes de Badger da Silveira exibissem as mãos. Eram calosas; moços que fazem o rosto suar no trabalho. E disse, para desapontamento dos grandes e seus áulicos: - O governo federal vai casar estes homens desocupados com estas terras abandonadas. Puro sonho.⁵¹

Por sinal, trata-se - importante frisar – de uma versão plausível, pois que de fato os eventos do Imbé e a participação de João Caruso e da SUPRA foi muito mal recebido por Bagder, que veria nessa iniciativa uma intervenção indevida do Governo Federal em assuntos da alçada do estado do Rio. Badger desencadearia a partir desse fato uma forte pressão junto ao governo João Goulart pelo afastamento de Caruso do comando da SUPRA.⁵² Ainda mais quando Caruso passou a fazer exigências diretamente ao governador do Rio: “de imediato, pediu-se ao governador fluminense que devolvesse as velhas espingardas dos lavradores, porque o açougue dos pobres é o mato onde caçam”.⁵³ A desapropriação acabaria sendo oficializada pela SUPRA dirigida por Caruso em 11 de junho do mesmo ano, sem ter realizado qualquer entendimento prévio com Badger.⁵⁴

⁵⁰ Sobre a trajetória de João Caruso, leia-se: STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008; Loureiro, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse. A política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2017; BENVENEGU, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Matrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

⁵¹ Idem.

⁵² Badger acusaria Caruso de incentivar os conflitos no campo por meio da promessa de desapropriação de fazendas ocupadas. As ações de Caruso, sublinhava Badger, só faziam alimentar tais ocupações. Ver [GRYNSZPAN, Mario](#). “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Entrevista de Badger Silveira ao CPDOC, 1982. A informação sobre a desapropriação do Imbé foi consultada em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/rj>.

Talvez por ser tão bem relacionado com praticamente todos os grupos de esquerda ali presentes nos eventos do Imbé, Pereira Nunes tenha preferido lembrar de seu principal aliado no momento em que escrevia suas memórias no final da década de 1970. Tanto assim que Brizola atribuiria a Nunes a tarefa pela organização da seção fluminense do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no início da década de 1980.

Por tudo isso, Nunes centraria suas lembranças sobre o período da ocupação que consistiu na etapa da consolidação do acampamento e o esforço de seus membros pela desapropriação das terras. Por outro lado, a ênfase nesse período obrigou Pereira Nunes a destacar o papel – em termos negativos – de Badger da Silveira nesse processo.

Mas se Adão Pereira Nunes praticamente não menciona qualquer aspecto da etapa de preparação e organização da ocupação, um outro personagem faria o movimento exatamente oposto nas suas recordações: Pedro Porfírio centrou seu relato na experiência que ele desenvolveu junto aos camponeses do Imbé durante parte de 1962, vários meses antes da ocupação de 3 de abril de 1963.

Porfírio era um jovem jornalista e militante das Ligas Camponesas nessa época. Sua atuação na região foi descrita por ele em seu livro de memórias *Confissões de um inconformista*, de 2004. Dez anos depois, ele concederia uma entrevista ao pesquisador Bernard Alves, que explorou esse e outros depoimentos na sua tese de doutorado, *Na Lei e na Marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964*, onde analisa a evolução das Ligas Camponesas a partir do olhar de alguns de seus principais militantes.⁵⁵

Porfírio conheceria Francisco Julião num seminário em Recife que, entre outros assuntos, discutia a reforma agrária. Julião teria ficado bem impressionado com a tese apresentada sobre o tema pelo jovem representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Tempos depois, Porfírio iria para Cuba assumir um emprego na Rádio Havana em 1961. No ano seguinte seria escalado para realizar uma entrevista com Julião, que visitava mais uma vez a ilha. Na ocasião o líder camponês o convidou a voltar ao Brasil e se integrar às Ligas Camponesas. Porfírio aceitaria prontamente.⁵⁶

⁵⁵ Tal entrevista foi gentilmente cedida por Bernard ao autor do presente artigo.

⁵⁶ ALVES, Bernard José Pereira. *Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964*. p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281140>>. Acesso em: 27 ago. 2018. p. 81.

De início, cogitou-se a ideia de encaminhar Porfírio para o Amapá. Ao fim e ao cabo, iniciaria o trabalho de montagem das Ligas em Campos. Porfírio diria na entrevista dada a Bernard Alves: “Campos, no estado do Rio na época, era um município parecido com Cuba. Era um município canavieiro, que tinha o problema da entressafra.”⁵⁷

Seu primeiro contato em terras campistas seria o então deputado federal Adão Pereira Nunes, “um deputado ligado ao Partidão”, ele era “eleito pelo PSP de Adhemar de Barros” e “muito próximo do Julião”. A rede que Adão tinha na cidade parece ter sido fundamental para que a escolha de Campos tenha sido concretizada com o envio de Porfírio: “ele era um cara maravilhoso”, sublinha.⁵⁸ Nunes seria responsável por colocar Porfírio em contato com “alguns amigos”. Após essas primeiras tratativas, “eu tinha que chegar em Campos, me hospedar numa espelunca qualquer, fazer contato com alguns jovens de lá e ir pro campo fundar ligas camponesas.”⁵⁹

Assim, em meados de 1962 Porfírio acabou chegando a Itereré, uma localidade onde se situava a usina Santa Cruz. É nessa oportunidade que Porfírio conhece um grupo de jovens ligados ao PCB local, dentre os quais, Porfírio destaca o nome de Fabio Ferraz. Tal grupo “era do Partidão, mas também simpatizava com Julião.”⁶⁰

Porfírio nos disponibiliza um relato mais detalhado desses primeiros contatos em seu livro de memórias de 2004, *Confissões de um inconformista*. Assim ele narra o que fez assim que chegou à cidade:

Hospedei-me num pardieiro próximo à Praça São Salvador e fui direto ao enalço do Raulino Mesquita, correspondente de Última Hora na cidade e membro notório da cúpula comunista local. Magro e inquieto, Raulino conhecia todos os militantes da esquerda local, o que não era tarefa difícil. E foi através dele que conheci o estudante de Filosofia Fábio Ferraz, simpatizante de propostas mais radicais, o Darcy Barbeta e o Amaro, comunistas do Sindicato dos Ferroviários, o advogado do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar, Ivan Senra Pessanha, e o próprio Edmundo Barros. Com tais contatos feitos no primeiro dia, tinha meio caminho andado.⁶¹

⁵⁷ PORFÍRIO, Pedro. Entrevista concedida à Bernard Alves. Rio de Janeiro, fevereiro de 2014.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ PORFÍRIO, Pedro. *Confissões de um inconformista*. Rio de Janeiro: Fábrica do Conhecimento, 2004. pp. 125-126.

Esse grupo será o responsável por pôr Porfírio em contato com João Guarda, que era funcionário da Companhia de Luz e Energia (CERJ) e que tinha como principal tarefa guardar os fios da companhia. Sobre Guarda, Porfírio lembra na entrevista de 2014: “ele tinha um sitiozinho dele também. E era um cara que era fã do Julião. Aí fui morar na casa dele, com ele. A gente em uma semana fundava uma liga. Eu fundei em num mês, dois meses, 4, 5 ligas camponesas lá.”⁶² Assim Porfírio descreve em seu livro de memórias o início da relação entre eles no meio rural campista, por volta de abril e maio de 1962:

Disse-lhe [a João Guarda] que era cearense e largara tudo para ajudar o movimento. Minha função era levar a Campos a experiência do Nordeste e ajudar a criar associações camponesas devidamente legalizadas. O Fábio era de Campos e simpatizava com a nossa causa. Aparentando quase 40 anos, João Guarda mostrou-se reservado, mas nos convidou para almoçar. Sentamos à mesa e devoramos uma polenta de milho, bom teste para quem não gostava de nada parecido, como eu. Na conversa, ele ia nos observando, procurando saber mais sobre as Ligas e sobre a possibilidade de falar diretamente com Julião. A seu convite, empreendemos uma caminhada de três horas e meia pela área, onde se percebia uma boa distância entre uma casa e outra.⁶³

Tal relato de Porfírio, caso esteja correto, indica que quadros locais já haviam procurado João Guarda, muito provavelmente por verem nele alguma disposição para o trabalho organizativo. Porfírio relata que João não cogitava participar de qualquer organização camponesa até a Campanha da Legalidade entre agosto e setembro de 1961. Foi no contexto desta que passou a escutar com entusiasmo os discursos transmitidos na rádio Mayrink Veiga do então governador gaúcho Leonel Brizola, principal líder daquele movimento.⁶⁴ Declararia também seu “encantamento” por uma entrevista dada na mesma rádio pelo deputado Francisco Julião.⁶⁵

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem, p. 125.

⁶⁴ Campanha pela efetivação da posse presidencial de João Goulart após a renúncia de Janio Quadros em 25 de agosto de 1961. Setores políticos, empresariais, religiosos e militares se mostraram contrários. Um amplo movimento foi organizado por grupos da sociedade civil, partidos, setores nacionalistas do Exército e movimento sindical a favor de Jango. Leonel Brizola se afirmaria como principal liderança civil do movimento, sendo dele a ideia de se montar a chamada “Rede da Legalidade”. Depois de muita pressão por parte do movimento, Jango tomaria posse em 7 de setembro daquele ano.

⁶⁵ Ibidem, pp. 125-126.

Certo é também que o meio rural campista já era reconhecido como um cenário conflitivo, que chamava a atenção de alguns agentes políticos do campo das esquerdas com atuação na questão agrária.

[...] a região exibia léguas de terras inexploradas, muitas delas verdadeiros manás do Estado sob controle de grileiros. Era o caso do Vale do Imbé, na direção de São João da Barra, onde, provavelmente, seria possível produzir todos os alimentos consumidos no Estado. Área devoluta, sujeitara-se à cobiça de alguns fazendeiros, como da família Mansur, que vigiava seus acessos. Os lavradores de Itererê temiam ficar a pão e água com essa história de trocar as roças por pastos. Muitos receberam avisos secos e grosseiros: se não se mandassem, o gado invadiria suas plantações sem dó, nem piedade. O mais exaltado nesses relatos era o Alcides, dublê de plantador de feijão e pai de santo. Por ele, resistiriam à mudança de todas as formas. Nascido ali, com seus quase 50 anos, só admitia abrir mão de suas plantações e benfeitorias se lhe dessem um bom pedaço de terra, que fosse dele, de uma vez por todas. Bom começo, sem dúvida.⁶⁶

No dia 13 de maio Julião visitou a cidade. Essa visita – originalmente sugerida por Adão Pereira Nunes - vinha sendo acertada pelo próprio Porfírio desde o mês anterior. Sua recordação sobre o evento reafirma o grande interesse que ele despertou na cidade: “Os sindicatos operários e os estudantes ajudaram na mobilização e no transporte dos mais de mil camponeses que lotaram o auditório, amontoaram-se em frente e só arredaram pé depois de apertarem a mão de Julião”.⁶⁷

Ainda segundo Porfírio, foi ali que o movimento das Ligas Camponesas tomou impulso definitivo: “João Guarda foi um que, de tão emocionado, a partir daí, converteu-se inteiramente ao trabalho de organização dos camponeses. Foi um acontecimento noticiado por toda a imprensa local e prestigiado por algumas lideranças políticas, entre representantes de vários partidos. Estávamos, afinal, num ano eleitoral e ninguém queria perder voto.”⁶⁸

Foi também a partir desse momento - maio de 1962 - que os preparativos para a ocupação do Imbé começaram a tomar corpo. Após as montagens das primeiras Ligas Camponesas com João Guarda, Porfírio afirma na entrevista de 2014 que de forma conjunta começaram a “montar a invasão do Vale do Imbé, que era muito rico, terra

⁶⁶ Ibidem, p. 126.

⁶⁷ Ibidem, p. 127.

⁶⁸ Idem.

muito boa, e era devoluta.”⁶⁹ No livro *Confissões* ele dá maiores detalhes, um relato que por sinal corrobora a versão acima citada de Delso Gomes sobre os preparativos da ocupação anteriores a abril de 1963:

Com a passagem de Julião, multiplicaram-se os esforços de organização. Já não era só a liga do Alcides. Outras quatro se constituíram e um sonho passou a ser acalentado: invadir o Vale do Imbé, implantar uma experiência nova de plantio, voltada para a produção de arroz e feijão. O próprio João Guarda assumiu a coordenação de todo o trabalho na área. Campos fervilhava e dava uma lição em termos de unidade das esquerdas: o Jaci Barbeta decidiu abrir o sindicato dos ferroviários para facilitar o nosso trabalho. o Ivan Pessanha organizava a cobertura pelos açucareiros e o Edmundo Barros atraía segmentos do trabalhismo.⁷⁰

E Porfírio afirmaria com convicção sobre o objetivo da iniciativa:

Bernard Alves: a ideia era fazer o que, um acampamento, uma coisa assim?
P. Porfírio: Invasão: fazer, ocupar e lotear.

Contudo, a “invasão” não teria se dado da maneira como eles planejaram, pois conforme ele pontua na entrevista de 2014: “Aí o pessoal do Partidão ficou sabendo e começou a ajudar também. Só que assumiram a direção. Porque eu vim pro Rio de Janeiro, pra alguma tarefa dessa e eles precipitaram a invasão.”

No livro de memórias de 2004, curiosamente, mesmo mencionando a “direção” dos eventos por parte do “partidão”, ele seguiria afirmando o protagonismo de João Guarda: “Em Campos, onde eu plantara boas sementes, o *partidão* chegou junto e organizou a invasão do Vale do Imbé, grande desejo dos camponeses sem terra. Toda a estrutura sindical mobilizou-se para organizar a solidariedade aos dois mil invasores, com João Guarda à frente. Todo mundo deu uma mãozinha, enviando víveres para a área ocupada.”⁷¹

Porfírio não aponta com exatidão as razões que determinaram a perda do controle da direção da iniciativa da ocupação em favor por parte dos comunistas. Assim como ele não afirma textualmente que quadros comunistas eram estes, se de Campos ou de âmbito estadual.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ibidem, p. 128.

⁷¹ Ibidem, p. 143.

Mas é significativo que antes de recordar sobre condução da “invasão” do Imbé pelos comunistas, ele tenha feito referência a melhor estrutura do PCB na atuação em meio rural:

E naquela época o Partidão tinha uma outra organização. Ele tinha a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores...[...]

E tinha a nacional, Utab. Utab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Utab do Brasil. E tinha as Federações. [...] Acho que o nome do cara aqui do Rio era Pureza. E o nome do presidente era Lyndolpho Silva. Presidente nacional. Que não era camponês....

Mas ele trabalhava muito a área [...] da relação trabalhista, do sindicato rural.

O relato de Porfírio de certa maneira confirma o argumento defendido por Mario Grynszpan, de que as Ligas iniciaram o processo de mobilização e organização dos camponeses com vistas à ocupação do Imbé, mas por problemas de estrutura e logística, perdeu o protagonismo das ações em favor do PCB. Contudo, o mesmo relato não afirma taxativamente se se tratava de quadros do PCB local (que é a versão de Delso Gomes) ou dos quadros da Baixada Fluminense ligados à Falerj, caso de José Pureza.

De todo modo, mesmo tendo sido “ultrapassado” pelos comunistas na realização de uma determinada etapa da ocupação daquela localidade, não parece haver dúvidas sobre a importância da contribuição de João Guarda para a mobilização das famílias que protagonizaram os atos de início de abril de 1963 e até mesmo antes dessa data.⁷²

Considerações finais

Ao longo do tempo, o relato de José Pureza foi tomado como a reconstituição mais autorizada sobre aqueles eventos de 1963 no meio rural de Campos. O próprio José Pureza teria consolidada a auto-imagem de grande líder e organizador da ocupação do Imbé na sua memória publicada em 1982.

⁷² Ibidem, p. 168.

Contudo, as lembranças de Pureza, como toda memória construída, são acima de tudo uma versão parcial e limitada dos eventos históricos. Elas não refletem com precisão absoluta os fatos tais como eles teriam ocorrido. As suas lembranças são essencialmente fragmentadas, pois a narrativa que lhe dá forma não se alimenta apenas de fatos objetivos, pois faz parte de um conjunto que também expressa princípios, interesses e relações (com grupos, pessoas ou instituições).

As memórias de Pureza, portanto, representam um olhar limitado sobre os eventos do Imbé, um olhar que prioriza conferir sentido àqueles acontecimentos, e não tanto a sua reconstituição objetiva. E contar as memórias sobre os fatos do Imbé tinham que fazer de uma certa maneira algum sentido com a posição que ele ocupou nesses eventos. Uma posição que estava ligada a uma determinada trajetória social e partidária e a uma certa linha de atuação político-ideológica.

Daí que se torne tão necessário o cruzamento desses registros com outros relatos memorialísticos. As memórias de Antonio Carlos Pereira Pinto, Delso Gomes, João Antonio Faria, Yvan Senra e Pedro Porfírio, tais como as de Pureza, são também parciais. A diferença é que expressam outros posicionamentos e princípios. Em razão disso, as divergências entre elas apontam para a existência de um complexo campo de forças em disputa. Razão pela qual a ocupação do Imbé, para além de representar uma disputa entre camponeses e grupos políticos aliados contra agentes ligados à grande propriedade, foi também uma espécie de arena onde aqueles diferentes grupos (quadros do PCB campista, fluminense, do PSP, do PTB, das Ligas Camponesas) disputaram a direção política e a memória legítima daquela iniciativa. Nessa disputa, Pureza, por razões que foram sendo pontuadas a longo do texto (melhor organização do PCB, forte repressão policial a João Guarda), foi mais bem sucedido, na medida que conseguiu estabelecer como marco da ocupação, enquanto ato fundacional, o dia três de abril de 1963, momento em que ele realmente se encontrava como principal líder do acampamento. Tal versão de Pureza foi sendo consagrada sem muita problematização ao longo do tempo por estudos acadêmicos e alguns registros memorialísticos, como o de Yvan Senra Pessanha.

Mas outras memórias, informadas por princípios e interesses distintos, apresentam olhares diversos sobre aqueles eventos. Delso Gomes, por exemplo, considera que a preparação da ocupação foi anterior a chegada de Pureza e que aquela estava se dando sob a coordenação de quadros locais do PCB, com ajuda de Adão Pereira Nunes e do próprio prefeito Barcelos Martins. Adão Pereira Nunes chama a

atenção da importância do que acontecia no Rio Grande do Sul sob o governo Leonel Brizola e de como isso pode ter inspirado os acontecimentos do Imbé, e coloca em evidência o papel de João Caruso (correligionário de Brizola e diretor da SUPRA) no processo de desapropriação em favor dos ocupantes do Imbé. Antonio João Faria confirma a versão de Pureza, como principal organizador da ocupação, mas chama atenção para a principal motivação do mesmo, que não era apenas obter a desapropriação da terra, mas fincar em solo campista as bases para a expansão da Falerj, para competir exatamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E por fim temos os relatos de Pedro Porfírio, que afirma terem os preparativos da ocupação sido iniciados pelas Ligas Camponesas, pouco menos de um ano antes da chegada de Pureza em Campos. E nesse processo o principal agente da mobilização teria sido João Guarda. Algo que de certa maneira foi confirmado naquela reunião do Vecchi em 1982, por José Correia da Silva e Miguel Lima. Eles também ocupantes do Imbé em 1963.

Recebido em 24 de junho de 2020

Aceito em 22 de janeiro de 2021

